

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN -

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 06 DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

O **DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN**, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 445, DE 21 DE JULHO DE 2008.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, na forma do Art.12, item II da Lei Complementar nº 46, de 31/01/1994, EDUARDO VIEIRA RABELLO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador - IP-03.

Art. 2º Esta Instrução de serviço entra em vigor na data da publicação.

DANIEL RICARDO DE CASTRO CERQUEIRA

Diretor Presidente

Protocolo 643888

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 05 DE 29 DE JANEIRO DE 2021

O **DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN**, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 445, DE 21 DE JULHO DE 2008.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, na forma do Art. 61, parágrafo 2º alínea "a" da Lei Complementar 46, de 31/01/1994 a servidora **LARISSA SOUZA LINHALIS**, nº funcional 3239128, do cargo de provimento em comissão de Coordenador - IP-03.

Art. 2º Esta Instrução de serviço entra em vigor na data da publicação.

DANIEL RICARDO DE CASTRO CERQUEIRA

Diretor Presidente

Protocolo 643895

Secretaria de Estado da Saúde - SESA -

RESOLUÇÃO CIB Nº 010/2021

A Comissão Intergestores Bipartite, constituída por meio da Portaria nº. 185-P, de 24 de agosto de 1993.

Considerando a Portaria GM/MS nº237, de 18 de março de 2020, que inclui Leitos e Procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19.

Considerando a Portaria GM/MS nº414, de 18 de março de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

Considerando a Portaria GM/MS nº245, de 24 de março de 2020, que inclui procedimento na tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19.

Considerando a Portaria GM/MS nº568, de 25 de março de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes de COVID-19.

Considerando a Portaria GM/MS nº561, de 26 de março de 2020, que autoriza a utilização de leitos de hospitais de pequeno porte para cuidados prolongados em atendimento dos pacientes crônicos oriundos de Unidades de Terapia Intensiva e Leitos de Enfermaria de hospitais de referência para COVID-19.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar ad referendum a Planilha contendo a distribuição de leitos existentes necessários para atendimento a pacientes da COVID-19, atualizada em 28 de janeiro de 2021.

Art.2º - Validar a atualização da referida Planilha no Plano de Contingência do Estado do Espírito Santo para Infecção Humana (COVID-19) pelo novo Coronavírus - SARS CoV2.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art.4º - Esta Resolução está disponível na íntegra no site <http://www.saude.es.gov.br/>, no link: Institucional, Comissão Intergestores Bipartite, Resoluções.

Vitória, 28 de janeiro de 2021.

NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR

Secretário de Estado da Saúde Presidente da CIB/SUS-ES

CÁTIA CRISTINA VIEIRA LISBOA

Secretária Municipal de Saúde de Vila Velha -ES

Presidente do COSEMS-ES

Protocolo 643531

PORTARIA Nº 016-R, DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre o acesso de profissionais de saúde em estabelecimentos da rede pública estadual no Espírito Santo no contexto da pandemia do novo coronavírus, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, alínea "o" da Lei nº 3043, de 31 de dezembro de 1975, e de suas competências como gestor estadual do Sistema Único de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 8080 de 19 de setembro de 1990, e de acordo com o artigo 3º da Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020; e,

CONSIDERANDO

que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição da República;

a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

a importância de medidas para evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus nos estabelecimentos de saúde da Rede Estadual do SUS, bem como o dever de hierarquia e disciplina dos agentes públicos envolvidos;

RESOLVE

Art.1º DETERMINAR que somente poderão ter acesso e permanecer nos estabelecimentos de saúde da rede pública estadual do Estado do Espírito Santo, os profissionais de saúde que tiverem sido imunizados por meio da aplicação de vacina contra a COVID-19, observada a disponibilização da vacina para o respectivo profissional, os grupos prioritários e o Calendário Estadual de Vacinação.

§1º Os servidores públicos, efetivos ou comissionados, os servidores temporários, os residentes/bolsistas e os empregados de fundação estadual que deixarem de comparecer às suas atividades laborais em decorrência do disposto no caput terão suas faltas registradas e

realizados os devidos descontos nos vencimentos/salários/bolsas, sem prejuízo, quando for o caso, da possibilidade de rescisão dos respectivos contratos e da adoção de outras providências admitidas pela legislação de regência.

§2º As pessoas jurídicas que prestam serviços por meio de contrato de administrativo e as Organizações Sociais que celebraram contrato de gestão deverão executar as suas obrigações nos estabelecimentos de saúde da rede pública estadual por meio de profissionais de saúde que tenham sido imunizados nos termos do caput, incumbindo, às referidas pessoas jurídicas, proceder à substituição do profissional que não atender à regra de imunização.

§3º O não cumprimento da regra prevista no § 2º corresponderá a infração contratual, a ser devidamente representada pelo gestor fiscal do contrato à autoridade competente para aplicação de penalidade, na forma prevista no artigo 92 e parágrafos da Portaria SEGER/PGE/SECONT Nº 049-R/2010 e atos normativos equivalentes.

Art.2º Aplicar-se-á o disposto nesta portaria a partir do décimo dia útil após a data em que tiver sido disponibilizada a vacinação ao profissional de saúde da rede pública estadual.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Vitória, 29 de janeiro de 2021.

NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR

Secretário de Estado da Saúde

Protocolo 643769

PORTARIA Nº 036-S, DE 22 DE JANEIRO DE 2021.

Exonera servidor.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que

lhe confere o artigo 65, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994,

RESOLVE

EXONERAR, a pedido, a partir de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o artigo 61, parágrafo 2º, alínea "b", da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **VITOR VICENTE GUANANDY**, nº funcional 4293363, do Cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Nível I, referência QCE-04, da Secretaria de Estado da Saúde.

Vitória, 22 de janeiro de 2021.

NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR

Secretário de Estado da Saúde

Protocolo 643837